

Reflexões sobre o uso de material didático na Educação de Jovens e Adultos

Jussara Calixto de Souza¹
Paulo Alves de Araújo²

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre o uso de material didático na Educação de Jovens e Adultos. Para isso, toma como referência pressupostos da pedagogia freiriana e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, apontando como o material didático utilizado na Educação de Jovens e Adultos deve ser estruturado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com revisão de literatura, fundamentada em obras de Paulo Freire, em documentos normativos e em estudos específicos sobre a EJA e materiais didáticos, tais como: (FÁVERO, 2007; HADDAD; DI PIERRO, 2000; QUEIROZ, 2018). O trabalho buscou apresentar as especificidades dos sujeitos da EJA e as implicações para o uso de material didático; discutir a função do material didático como mediação entre a leitura do mundo e a leitura da palavra; apontar possibilidades para a elaboração e escolha de materiais didáticos coerentes com a identidade da EJA.

Palavras-chave: Estudantes. Material Didático. EJA. PROEJA.

1 INTRODUÇÃO

No contexto educacional brasileiro, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se em uma modalidade de ensino indispensável para a consolidação do direito à educação para sujeitos que estiveram à margem do processo educacional, seja pela falta de oportunidades ou de possibilidades de continuidade dos estudos na idade regular. Com previsão na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), materializa-se como uma política pública voltada à democratização do ensino e à reparação histórica de desigualdades educacionais que atravessam a sociedade brasileira desde o período colonial.

Essa modalidade assume um caráter singular, pois atende a um público heterogêneo, marcado por diferentes trajetórias de vida e experiências de trabalho, o que exige práticas pedagógicas contextualizadas e metodologias que valorizem os saberes prévios dos educandos.

Apesar dos avanços normativos e das iniciativas institucionais, a EJA ainda enfrenta

¹ Licencianda em Educação Profissional para Diplomados Instituto Federal de Brasília Campus Samambaia. E-mail: jussaraclxt@gmail.com

² Pedagogo, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Brasília – Campus Samambaia. Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT-IFB). E-mail: paulo.araujo@ifb.edu.br

desafios persistentes, como altas taxas de evasão, insuficiência de investimentos e ausência de políticas continuadas, evidenciando a necessidade de fortalecimento desse campo como espaço de emancipação social, cultural e política.

Conforme destacado pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2000 – que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos –, a EJA é compreendida a partir de três funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. A primeira aponta para o direito negado ao longo da trajetória escolar do sujeito, buscando corrigir a exclusão histórica do público jovem e adulto que não teve acesso à escola. A segunda refere-se à possibilidade de oferta de oportunidades educacionais equivalentes as da educação regular e, a terceira, relaciona-se à formação continuada ao longo da vida.

No contexto educacional brasileiro, a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada por um cenário de descontinuidade, em que o acesso à educação para aqueles que não puderam concluí-la na idade regular sempre foi um desafio.

No sentido de fortalecer políticas públicas para o campo da EJA, surgiu no Brasil o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) como uma resposta à realidade, uma política educacional estratégica que busca oferecer uma formação integrada, combinando a educação básica com a qualificação profissional.

O PROEJA foi regulamentado por um conjunto de normas, tendo como principal a legislação que institui o programa, o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a sua implementação no âmbito federal.

O público do PROEJA é singular, possui características próprias e é composto por trabalhadores e trabalhadoras que enfrentam jornadas duplas e triplas de trabalho. A decisão de retornar à escola é uma atitude de superação e esperança, pela busca de melhores oportunidades no mercado de trabalho e de maior inclusão social. No entanto, o desafio de conciliar a vida pessoal, profissional e acadêmica é grande, tornando a permanência desses alunos um problema social e pedagógico.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade de ensino determinante para a inclusão e o desenvolvimento desses estudantes que, por diversas razões, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade regular. Ela promove a redução das desigualdades educacionais e insere esse público no mundo do trabalho, com a consciência de que sua formação não é apenas para atender ao mercado, mas, sobretudo, para compreender o seu papel na sociedade.

Tendo em vista as especificidades desse público, a forma de organização do trabalho

pedagógico na escola deve estar alinhada às reais necessidades de aprendizagem dos estudantes público-alvo dessa modalidade de ensino. Nesse sentido, o uso de materiais didáticos a serem utilizados nos processos de ensinar e aprender precisa dialogar com os ritmos de aprendizagem desse público.

Nessa perspectiva, o presente trabalho busca responder à seguinte problemática: o que deve ser considerado no processo de escolha dos materiais didáticos para o campo da EJA?

Para responder a essa problemática, o trabalho parte de uma revisão de literatura. O estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, fundamentada em fontes teóricas e documentos normativos. Foram consultadas obras de Paulo Freire, especialmente “*A importância do ato de ler*” e “*Educação como prática da liberdade*”, nas quais o autor discute a relação entre leitura do mundo, leitura da palavra e processos de alfabetização de adultos. Quanto à produção acadêmica específica sobre materiais didáticos na EJA, dialoga-se com estudos de Osmar Fávero, “Materiais didáticos para a educação de jovens e adultos”, publicado nos Cadernos Cedes (FÁVERO, 2007). Também são utilizados estudos sobre EJA, didática e práticas pedagógicas, como os trabalhos de Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro, os quais contribuem para compreender a identidade da modalidade e os desafios de construção de uma proposta formativa emancipadora (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

O trabalho teve como objetivo geral refletir sobre o uso de material didático na Educação de Jovens e Adultos apontando elementos centrais acerca da sua seleção e uso. A partir dessa análise geral, a pesquisa desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: apresentar as especificidades dos sujeitos da EJA e as implicações para o uso de material didático; discutir a função do material didático como mediação entre a leitura do mundo e a leitura da palavra; apontar possibilidades para a elaboração e escolha de materiais didáticos coerentes com a identidade da EJA.

Pesquisar sobre essa temática é de fundamental importância, porque incide diretamente sobre o direito à educação com qualidade para sujeitos cujas trajetórias escolares foram interrompidas por desigualdades históricas. Se o material didático se conecta com a experiência real dos alunos, ele estimula a reflexão sobre o dia a dia, o crescimento do pensamento crítico e a criação de saberes que aumentam a independência. Por outro lado, se apenas se adaptam livros feitos para crianças e jovens, com linguagem, exemplos e ideias distantes da vida adulta, o material pode aumentar a sensação de não se encaixar, diminuir o interesse em continuar e repetir formas de exclusão.

A pesquisa foi motivada a partir de uma reflexão de como os materiais didáticos têm um impacto significativo na qualidade do aprendizado, na continuidade dos alunos e na validação de suas experiências. A pesquisa parte também do entendimento que os estudantes da EJA possuem saberes já construídos pela suas experiências e, portanto, demandam de materiais que conversem com a sua prática social.

Com este estudo, almeja-se indicar caminhos possíveis a serem trilhados no âmbito da organização do trabalho pedagógico no processo de escolha dos materiais didáticos que serão utilizados para mediação no processo de ensino-aprendizagem.

2. CONTEXTUALIZANDO A EJA

Conforme já destacado, no cenário educacional brasileiro, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma modalidade essencial para garantir o direito à educação a pessoas que não tiveram oportunidade e condições de estudar na idade regular. Legalmente amparada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), a EJA surge como uma política pública destinada ao combate às desigualdades históricas de acesso à educação, refletindo a necessidade de fortalecimento dessa modalidade, que visa superar as desigualdades da sociedade brasileira, em particular as socioeconômicas e raciais, no acesso à educação.

O campo educacional da EJA é marcado por um público singular e diversificado. Essa heterogeneidade impõe à modalidade o desafio de conceber práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de valorizar os saberes prévios desses educandos, garantindo um processo formativo significativo que respeite e incorpore suas trajetórias, que são únicas.

Mesmo diante da falta de continuidade de políticas públicas para o campo da EJA, destaca-se alguns avanços normativos, como o já mencionado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA), instituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que tem como objetivo oferecer educação básica de forma integrada ou concomitante com a educação profissional para o público de jovens e adultos.

Dentro desse contexto, o PROEJA representa uma diretriz que oficializa a nível nacional, a articulação entre a formação profissional e o Ensino Fundamental e Médio na modalidade EJA. A regulamentação estabelece que o PROEJA abrange desde a formação inicial e continuada dos trabalhadores até a educação profissional, buscando integrar a educação básica.

O objetivo primordial do PROEJA consiste em garantir aos jovens e adultos que não concluíram seus estudos a oportunidade de retomar o ensino fundamental ou ao ensino médio e, simultaneamente, receber formação e qualificação profissional de forma integrada. Esse programa constitui um marco importante para a educação, pois une a elevação da escolaridade básica com a qualificação para o trabalho.

Apesar de consideráveis avanços, a modalidade enfrenta alguns obstáculos estruturais, dentre eles a evasão escolar e a insuficiência de recursos. Esse cenário exige que a EJA seja fortalecida não só como um espaço de aprendizagem, mas também como um espaço importante de emancipação e fortalecimento social.

Pesquisadores como Haddad e Di Pierro enfatizam que a escolarização de jovens e adultos está profundamente vinculada às lutas sociais e às políticas públicas, e que a EJA surge historicamente como resposta a processos de exclusão educacional e de negação de direitos (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Nesse contexto, o material didático não é um elemento neutro: ele expressa concepções de educação, de currículo, de sujeito e de sociedade.

Paulo Freire (1989, p. 9), ao tratar da alfabetização de adultos e da educação popular, destaca que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, indicando que a escolarização precisa dialogar com os saberes e as experiências concretas dos educandos, sob pena de perder sentido formativo e político. Essa perspectiva é fundamental para pensar a adequação do material didático na EJA.

2.1 Conceituação de Material Didático

O material didático constitui um dos principais recursos mediadores do processo de ensino e aprendizagem, pois contribui para a concretização dos objetivos pedagógicos e para o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes. Segundo Zabala (1998), o material didático pode ser compreendido como todo recurso utilizado pelo professor e pelos alunos com a finalidade de favorecer a construção do conhecimento. Nessa perspectiva, o material não se limita a um suporte físico — como o livro, o cartaz ou o vídeo —, mas abrange qualquer elemento que auxilie a mediação didática.

Também conhecidos como “recursos” ou “tecnologias educacionais”, os materiais ou equipamentos didáticos “são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo” (FREITAS, 2013, p. 32).

No contexto dos processos de ensinar e aprender, Libâneo (2013) destaca que os

materiais didáticos, quando adequadamente selecionados e utilizados, ampliam as possibilidades de aprendizagem, favorecendo a contextualização e a aplicação prática dos conteúdos.

Desse modo, o material didático deve ser entendido como um componente pedagógico planejado, intencional e articulado às metodologias de ensino. Sua elaboração e escolha requerem análise crítica sobre o público-alvo, os objetivos da disciplina e o contexto sociocultural dos estudantes. Em linhas gerais, eles cumprem a sua função didática a partir do momento que aproxima o estudante do objeto do conhecimento.

O uso de materiais didáticos bem planejados contribui para diversificar as estratégias de ensino, estimulando diferentes estilos de aprendizagem e favorecendo a participação ativa dos estudantes. Conforme afirma Freire (1997), a prática educativa deve ser dialógica e libertadora, e o material didático pode atuar como suporte dessa dialogicidade, estimulando a reflexão crítica e a autonomia do educando.

Além disso, os materiais didáticos possibilitam a articulação entre teoria e prática, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em que o ensino demanda a contextualização dos saberes científicos e técnicos. Segundo Machado (2008), os materiais didáticos na EPT devem contribuir para a formação integral do estudante, promovendo aprendizagens significativas que integrem o fazer e o pensar.

Entre as principais contribuições do material didático, destacam-se: facilitação da aprendizagem significativa, motivação e engajamento dos estudantes, apoio à inclusão e o desenvolvimento da autonomia.

No processo do processo de ensino e aprendizagem, os materiais podem ser classificados de diferentes formas. Para fins didáticos, podem ser agrupados em algumas categorias, entre elas: recursos visuais, auditivos e audiovisuais (FREITAS, 2013).

A escolha da tipologia mais adequada deve considerar o objetivo da aprendizagem, o perfil do estudante e o contexto educacional. Além disso, é importante que o docente compreenda o material didático como parte de um sistema de ensino coerente, articulado ao currículo, à avaliação e à metodologia adotada, pois, segundo Freitas (2013, p. 34) “nenhum material didático pode, por mais bem elaborado que seja, garantir, por si só, a qualidade e a efetividade do processo de ensino e aprendizagem”. Os recursos utilizados cumprem uma função mediadora do ensino e não devem ser concebidos como se fossem começo, meio e fim de um processo didático.

2.3 Especificidades dos sujeitos da EJA e implicações para o material didático

A literatura sobre a EJA destaca que os estudantes são, majoritariamente, trabalhadores, jovens e adultos que vivenciaram trajetórias de fracasso e interrupção escolar, marcadas por pobreza, trabalho precoce, responsabilidades familiares e discriminações diversas (HADDAD; DI PIERRO, 2000). São pessoas que trazem saberes construídos no trabalho, na vida comunitária e nas práticas religiosas e culturais.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2000 ressalta a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos, indicando que a organização curricular e pedagógica deve considerar “as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias” e pautar-se pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade (BRASIL, 2000a; BRASIL, 2000b). Isso aponta que o material didático não pode ser mera reprodução de livros destinados a crianças e adolescentes, mas precisa dialogar com as experiências concretas de jovens e adultos trabalhadores.

Assim, do ponto de vista da adequação, a primeira exigência é reconhecer o estudante da EJA como sujeito de direitos, portador de saberes, e não como “aluno atrasado” ou “defasado”. Essa concepção deve orientar o tipo de linguagem utilizada, os temas abordados, as situações-problema, o grau de complexidade dos textos e a forma de organizar as atividades.

Nessa perspectiva, a contribuição de Paulo Freire para a reflexão sobre materiais didáticos é fundamental. Em “*A importância do ato de ler*”, ele afirma: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p 9). Essa afirmação sintetiza a ideia de que o ponto inicial da prática educativa deve ser a experiência concreta dos alunos, suas leituras prévias da realidade, e não um conjunto abstrato de palavras e exercícios que estão distantes de sua realidade cotidiana.

Nesse sentido, um material didático adequado à EJA é aquele que cria um caminho entre a linguagem e a experiência de vida dos educandos e os conhecimentos sistematizados escolares, permitindo o movimento que Freire descreve como “do mundo à palavra e da palavra ao mundo” (FREIRE, 1989, p.13). Tal movimento implica que as atividades pedagógicas devem ser planejadas a partir de situações do cotidiano do trabalho, da família, do território, das lutas sociais, das relações de gênero e raça, entre outras dimensões da vida dos estudantes.

Fávero (2007), ao analisar experiências de produção de materiais na Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em

programas municipais de EJA, mostra que tais materiais se organizam em “totalidades do conhecimento”, estruturando conteúdos em torno de temas centrais vinculados à realidade de jovens e adultos trabalhadores (FÁVERO, 2007). Essa organização dialoga diretamente com a pedagogia freiriana, reforçando o papel do material didático como mediador de processos de conscientização e não apenas de transmissão de conteúdo.

2.4 Limites dos materiais “tradicionais” na EJA

Estudos sobre livros didáticos destinados à EJA indicam problemas recorrentes quando coleções originalmente elaboradas para o ensino regular são simplesmente “adaptadas” para jovens e adultos. Queiroz (2018), ao analisar as percepções de docentes e discentes, mostra que o livro didático assume, ao mesmo tempo, um lugar quase exclusivo no processo de ensino e aprendizagem e um caráter pouco contextualizado, muitas vezes não retratando de forma consistente a realidade local e as condições concretas de vida dos educandos, o que reforça um uso pouco crítico desse material. Entre os limites mais frequentes, destacam-se: descontextualização social, ênfase em atividades mecânicas e baixa representatividade.

Tais características contrariam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, que enfatizam a necessidade de um modelo pedagógico que assegure equidade, diferença e proporcionalidade, e que considere os perfis concretos dos estudantes da modalidade (BRASIL, 2000a; BRASIL, 2000b).

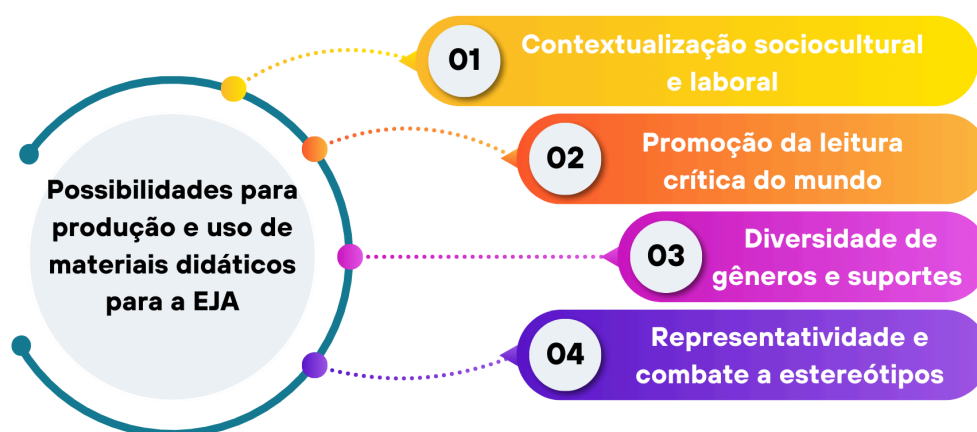
Nesse cenário, as reflexões de Paulo Freire sobre a relação entre leitura do mundo e leitura da palavra oferecem um referencial fundamental para compreender os limites e as possibilidades do material didático na EJA. Ao afirmar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” e ao descrever o movimento “do mundo à palavra e da palavra ao mundo”, Freire (1989) enfatiza que os conteúdos escolares devem partir das experiências concretas dos sujeitos, de seus saberes prévios e de suas condições de existência. Isso significa que o material didático não pode restringir-se a textos e exercícios abstratos, descolados da vida cotidiana, mas precisa constituir-se como mediador de processos de problematização crítica da realidade, favorecendo que jovens e adultos trabalhadores reconheçam-se como sujeitos históricos e produtores de conhecimento.

À luz dessas reflexões, torna-se evidente que a seleção e a produção de materiais didáticos para a EJA/PROEJA devem articular, de forma coerente, o horizonte teórico freireano, as análises críticas sobre o livro didático e as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais. De um lado, a perspectiva de Freire (1989) exige que os materiais

partam da leitura do mundo dos educandos, incorporando situações que envolvam o trabalho, as relações de gênero, raça e classe, de modo a favorecer o processo de conscientização. De outro, estudos como o de Queiroz (2018) reforçam a necessidade de uma postura docente que recrie seus materiais, em vez de apenas reproduzi-los. Associadas a isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA enfatizam a equidade, indicando que o material didático deve respeitar os perfis concretos dos estudantes.

Partindo dessas contribuições teóricas e normativas analisadas, é possível delinear alguns critérios para avaliar e orientar a produção de materiais didáticos para a EJA. A figura abaixo apresenta alguns critérios que devem ser utilizados no processo de produção e uso de materiais didáticos para o campo da EJA.

Figura 01 – Possibilidades para produção e uso de materiais didáticos para a EJA



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Freire (1989), Fávero (2007) e Queiroz (2018).

Acerca desses critérios, podemos refletir alguns elementos, entre eles:

a) Contextualização sociocultural e laboral: os conteúdos devem partir de situações vividas pelos estudantes: relações de trabalho, organização comunitária, acesso a políticas públicas, mobilidade urbana, saúde, cultura local, entre outros. Essa perspectiva é coerente com a ênfase das Diretrizes Curriculares na articulação entre escolarização e práticas sociais dos sujeitos (BRASIL, 2000a; BRASIL, 2000b); Nesse sentido o material didático deve propor atividades que partam das experiências reais, permitindo que o estudante compreenda conteúdos escolares em conexão com necessidades concretas.

b) Promoção da leitura crítica do mundo : inspirado na pedagogia freiriana, o material deve favorecer a problematização da realidade, a identificação de desigualdades e a construção de alternativas coletivas, e não apenas a adaptação dos indivíduos a uma determinada ordem social (FREIRE, 1996). A partir dessa visão , não é suficiente “discutir a realidade” é essencial estabelecer abordagens pedagógicas que permitam aos alunos entendê-la e se verem como agentes históricos aptos a transformá-la.

c) Diversidade de gêneros e suportes : incorporar diferentes tipos de textos (literários, jornalísticos, publicitários, institucionais, digitais etc. em variados formatos (livro, jornal, cartaz, vídeo, áudio, redes sociais), aproximando o material didático das práticas de leitura e escrita que fazem parte do cotidiano dos estudantes da EJA”. Além disso, valer-se de diversos recursos de apoio pedagógico pode promover a inclusão, já que possibilita variadas formas de interação com o material didático e de manifestação por parte dos alunos.

d) Representatividade e combate a estereótipos : imagens e narrativas devem contemplar a diversidade de raça, gênero, idade, território e ocupações dos estudantes da EJA, evitando a reprodução de preconceitos e estigmas. Essa preocupação dialoga com a própria noção de equidade, central nas Diretrizes para a modalidade (BRASIL, 2000a; BRASIL, 2000b); Esse critério implica em evitar narrativas que naturalizam desigualdades ou invisibilizam determinados grupos. Dessa forma , o material didático contribui para uma educação pautada na equidade e no respeito às diferenças, fortalecendo o pertencimento dos educandos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo permitiu compreender que a adequação do material didático à realidade dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos é condição fundamental para que a modalidade cumpra seu papel de reparação, equalização e qualificação, conforme preveem a legislação educacional brasileira e as Diretrizes Curriculares Nacionais. Ao retomar a problemática inicial – o que deve ser considerado no processo de escolha dos materiais didáticos para o campo da EJA –, constatou-se que tais materiais não podem ser meras adaptações de coleções destinadas ao ensino regular, sob pena de reforçarem processos de exclusão simbólica e desvalorização das trajetórias de jovens e adultos trabalhadores.

As contribuições de Paulo Freire evidenciam que a leitura da palavra deve estar articulada à leitura do mundo, o que implica reconhecer os educandos como sujeitos de

direitos, portadores de saberes construídos em suas experiências de trabalho, família, comunidade e participação social. Nessa perspectiva, o material didático precisa partir dessas experiências e problematizá-las, promovendo a compreensão crítica das relações sociais e das desigualdades que atravessam a vida dos estudantes.

Estudos como os de Fávero e Queiroz mostram, porém, que os materiais tradicionalmente utilizados na EJA frequentemente se mantêm distantes da realidade dos sujeitos, enfatizando exercícios mecânicos, pouco desafiadores, com baixa representatividade e frágil contextualização sociocultural.

Diante desse quadro, tornam-se centrais os critérios aqui apontados para a seleção e a produção de materiais didáticos: contextualização sociocultural e laboral; promoção da leitura crítica da realidade; diversidade de gêneros e suportes; representatividade e combate a estereótipos. Tais critérios, articulados à perspectiva freiriana e às Diretrizes Curriculares Nacionais, indicam que o material didático deve ser entendido como um mediador do processo educativo e não como fim em si mesmo. Seu uso exige uma postura docente ativa e criadora, que confronte, complemente e recrie os materiais, evitando a simples reprodução de conteúdo e atividades.

Desta maneira, reconhece-se que este estudo, de caráter bibliográfico, oferece uma sistematização teórica e normativa que pode orientar o trabalho pedagógico na EJA/PROEJA, mas não substitui análises práticas sobre materiais concretamente utilizados nas escolas. Propõe-se, como desdobramento, a realização de pesquisas de campo que explorem a percepção de estudantes e professores sobre os materiais didáticos adotados, além de iniciativas de criação conjunta de materiais alinhados aos contextos locais.

Essas apurações podem contribuir para o fortalecimento de uma EJA comprometida com a justiça social, a equidade e a formação de sujeitos críticos e atuantes na transformação da sociedade.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000a.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000.** Estabelece as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2000b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. F866e **Equipamentos e materiais didáticos**. / Olga Cristina Rocha de Freitas. –4ª ed. atualizada e revisada – Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2013

FÁVERO, O. **Materiais didáticos para a educação de jovens e adultos**. *Cadernos Cedes, Campinas*, v. 27, n. 71, p. 39-62, jan./abr. 2007.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 108-130, 2000.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, L. R. S. **Educação profissional: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2008

QUEIROZ, A. M. de. **O livro didático na Educação de Jovens e Adultos entre dois olhares: o discente e o docente.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 5., 2018, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: Realize Editora, 2018. Disponível em: < <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48147> >. Acesso em: 08 12 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Seção 1, p. 7.

BRASIL. **Constituição (1988): Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

ZABALA, A. *A prática educativa: como ensinar.* Porto Alegre: Artmed, 1998.